

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE DISCURSOS PÚBLICOS NO SITE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

Ana Beatriz Dantas Rocha¹
Renata Souza Brandão²

Resumo: A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, refere-se à interação entre múltiplas formas de opressão e discriminação, como gênero, raça, classe, nível socioeconômico e orientação sexual. Esta pesquisa busca analisar como a interseccionalidade e a equidade são percebidas e discutidas nos discursos públicos, com o foco em contexto educacional. Através do mapeamento da plataforma escolhida, será apresentado um panorama do tema, sua importância na promoção da equidade educacional e as formas como essa temática é abordada em discursos públicos de Deputados do Brasil. O objetivo geral do projeto é analisar a presença e a abordagem do tema da interseccionalidade e equidade na educação em achados da câmara dos deputados, refletindo como essas discussões se desdobram em propostas, formulações e implementações de políticas públicas no Brasil. Para tanto, será realizado um exame qualitativo de discursos públicos, notícias e debates relacionados à educação no Brasil, por meio de mapeamento e análises.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Equidade; Educação; Discursos Públicos.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade é considerada a interação entre múltiplas formas de opressão e discriminação, como gênero, raça, classe, regionalidade, nível socioeconômico e orientação sexual, destacando como a compreensão dos múltiplos fatores e eixos que se cruzam para a elaboração de políticas públicas adequadas para abarcar as especificidades de cada grupo social (Crenshaw, 1989). Dessa forma, esta pesquisa tem o objetivo de analisar como a interseccionalidade é citada, avaliada e discutida no discurso público em todo o Brasil, com enfoque no contexto educacional, refletindo como essas discussões se desdobram em propostas, formulações e implementações de políticas públicas no Brasil. Através da investigação documental (Prior, 2002; Pimentel, 2001; Oliveira, Trancoso, Bastos, Canuto, 2015) é possível recolher informações sobre como é feita a discussão do tema, sua importância na promoção da

¹ Graduanda pela Universidade Federal de Alagoas. Orcid:0009-0000-7626-2478. E-mail: ana.dantas@ip.ufal.br

² Graduanda pela Universidade Federal de Alagoas. Orcid:0009-0002-6756-4807. E-mail: renata.brandao@ip.ufal.br

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

equidade educacional e as formas como essa temática surge em documentos públicos, discursos políticos e notícias da câmara.

Inicialmente, realizou-se uma análise dos discursos dos Deputados Federais, por meio das falas e atividades divulgadas no site público da Câmara dos Deputados, relacionadas à temática da educação e seus cruzamentos com equidade e interseccionalidade. Essa análise permite identificar como os discursos abordam e tratam os diferentes atravessamentos sociais. Assim, é possível compreender como o tema está sendo difundido no âmbito político e sua relevância para a promoção da equidade a partir de uma perspectiva interseccional. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento de ações e políticas públicas de qualidade e equitativas, capazes de atender às diversas especificidades da população e seus recortes sociais.

METODOLOGIA

O levantamento foi realizado a partir da seção de notícias da comissão de educação, publicadas no site da Câmara dos deputados, com os discursos proferidos em audiências por parlamentares. Os filtros utilizados foram “Interseccionalidade”, “Educação” e “Interseccionalidade” e “Equidade” e “Interseccionalidade”, entre o período de janeiro de 2013, selecionados a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação no ano de 2013, a setembro de 2023, não obtendo nenhum resultado. Assim, os filtros foram definidos com base no conceito de interseccionalidade, entendido como a interação entre múltiplas formas de opressão e discriminação, incluindo gênero, raça, classe, nível socioeconômico e orientação sexual. O que resultou nos seguintes filtros: “Educação e Gênero” - 6 resultados, “Educação e Sexo” - 2 resultados, “Educação e Classe social” - 4 resultados, “Educação e Nível Socioeconômico” - 3 resultados, “Educação e Renda” - 1 resultados e “Diversidade e Educação” - 19 resultados. Foi descartado os achados repetidos em mais de um filtro. O material coletado foi catalogado seguindo as categorias: nome do deputado ou do convidado responsável pelo pronunciamento

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

na Câmara, o partido, as datas dos achados, o teor dos achados, as citações, os conceitos subjacentes a equidade/interseccionalidade e o link de acesso específico do achado.

INTERSECCIONALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este estudo teve como objetivo discutir a relevância de políticas educacionais equitativas que considerem a interseccionalidade entre renda, raça e gênero. O artigo 205 da Constituição Federal estabelece que a equidade é um direito de todos e um dever do Estado. Garantir o cumprimento desse direito, bem como o acesso e a permanência em uma educação de qualidade, requer a incorporação de discussões sobre temáticas interseccionais. Para avaliar se esses direitos estão sendo contemplados nas políticas públicas, foi necessário questionar se a interseccionalidade é abordada nas demandas educacionais quando o tema é debatido no discurso público dos Deputados Federais na Câmara. Afinal, esses discursos influenciam a formulação de leis e políticas públicas subsequentes.

As concepções utilizadas sobre equidade, levaram em consideração os estudos do professor Francisco Soares em 2020, que considera que só é possível alcançar uma educação equitativa quando é feita uma análise de dois pontos: a aprendizagem e as desigualdades. Pois, segundo o professor, é preciso compreender que grupos sociais distintos estão obtendo resultados educacionais distintos. O que fica evidenciado por pesquisas do Observatório Educacional - projeto ao qual essa pesquisa está vinculada - é que esses grupos sociais com baixos resultados são atravessados por marcadores sociais que estão impedindo a inclusão plena desses jovens no sistema educacional (Fortes, 2023).

O estudo do Gabriel Fortes e colaboradores (2023), pesquisadores do Observatório Educacional, analisaram dados levantados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2021, que mensuram que meninos têm um desempenho melhor em matemática do que as meninas, mas a análise do Observatório identificou que quando é feito um recorte interseccional desse levantamento é possível identificar que são os meninos brancos que se

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

sobrepõem nesses dados, seguidos pelas meninas brancas, que se saem melhor do que os meninos negros e, por último, vem as meninas negras. O impacto dos dados do SAEB na construção de políticas públicas frequentemente resulta na camuflagem das desigualdades educacionais, que acabam sendo legitimadas e disfarçadas tanto nos indicadores quanto no contexto social. Por isso, as pesquisas, os debates políticos e os dados precisam focar na discussão das desigualdades, e essa pesquisa entende a importância de fomentar essas discussões sobre interseccionalidade para que as políticas públicas educacionais sejam mais equitativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos discursos na plataforma da Câmara dos Deputados, foram elaborados gráficos para verificar se as categorias estavam sendo mencionadas de forma isolada ou de maneira interseccional, incorporando múltiplos atravessamentos. No gráfico intitulado "Educação x Gênero x Interseccionalidade na Câmara dos Deputados" (Gráfico 1), observou-se que o tema "Gênero" estava interligado, de forma interseccional, ao "Nível Socioeconômico" e à "Raça" em aproximadamente 25% dos discursos. As temáticas "Gênero e Raça" e "Gênero e Sexualidade" também apareceram com a mesma porcentagem. Por fim, as combinações "Gênero x Raça x Regionalidade" e "Apenas Gênero" foram registradas em 12,5% dos discursos públicos.

Contudo, durante o processo de análise, foi possível perceber que, apesar de algumas interseccionalidades aparecerem nos discursos, muitos deles tendem a tratar as formas de discriminação social de maneira fragmentada. Um exemplo disso é o projeto de lei idealizado pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que propõe estender a licença-maternidade a estudantes não bolsistas e ampliar o conceito para licença parental, incluindo também estudantes do sexo masculino (Neves, 2023). Essa abordagem isolada das questões de gênero, raça, e outras categorias sociais acaba por obscurecer as lutas interligadas desses grupos, o que

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

impacta negativamente na formulação de políticas públicas que, em vez de promover a equidade, acabam por reforçar a segregação social.

Isso leva à noção de superinclusão, que "ocorre quando uma categoria dominante engloba e ofusca as experiências únicas dentro de um grupo mais amplo, apagando as vivências de subgrupos específicos" (Fortes et al., 2023, p.6), onde as nuances das interseções entre diferentes formas de discriminação, como gênero e raça, são diluídas em categorias amplas. Por exemplo, ao abordar apenas questões de gênero sem considerar simultaneamente a discriminação racial, há uma perda na compreensão da complexidade das experiências vividas por pessoas que enfrentam múltiplas formas de opressão.

Por outro lado, a subinclusão acontece quando as interseções de opressão não são reconhecidas, e problemáticas de subgrupos são desconsideradas e excluídas das análises ou políticas gerais por não constituírem a experiência de grupos dominantes. Ou seja, problemáticas específicas são ignoradas. Ao desenvolver estratégias de equidade de gênero que não levam em conta as experiências de estudantes de determinada raça ou classe, estamos deixando de fora uma parte significativa da população afetada pela discriminação. Por exemplo, a realidade enfrentada por uma mulher branca classe média, não é a mesma que a de uma mulher branca de periferia. E é ainda mais distante da realidade de uma mulher preta periférica, já que esta é atravessada não apenas pelas questões de gênero, mas também atravessada por questões de raça.



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades



27 a 29 de novembro



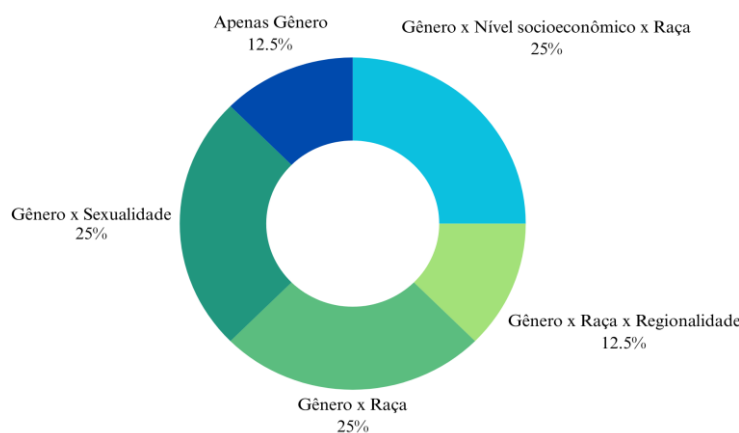
Evento online



even3.com.br



Gráfico 1 - Educação x Gênero x Interseccionalidade na Câmara dos Deputados.



Fonte: Rocha, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da ampla busca e mapeamento dos discursos públicos brasileiros foi possível identificar como o conceito de interseccionalidade e equidade é apresentado e definido, e quais parâmetros são utilizados para rastrear e avaliar seu impacto na promoção da equidade educacional em discursos públicos em âmbito nacional. O fato de não ter sido encontrado resultados com o filtro “interseccionalidade” denota que a temática ainda não é discutida pelos nossos representantes políticos enquanto um conceito fundamental para dialogar sobre a opressão e a discriminação (Crenshaw, 1989). O que reforça a importância desse estudo e de mais fomento da temática da interseccionalidade nas políticas educacionais através de debates e pesquisas, com intuito de analisar as desigualdades que estão impedindo resultados equitativos e combater fatores excludentes.

No mapeamento, os discursos datados a partir do ano de 2020 abordam de forma mais significativa a interseccionalidade das desigualdades. Pois, houve uma emergência significativa da categoria interseccionalidade enquanto identidade coletiva de agentes envolvidos nos múltiplos e descentralizados ativismos políticos contemporâneos (Rios; Perez; Ricoldi, 2018).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Esse aumento na abordagem do tema pode ser resultado do fomento das pautas raciais e de gênero nas mídias e redes sociais, visto que, o maior alcance desses meios de comunicação possibilita que uma diversidade de pautas alcance um maior público, dando a essas temáticas relevância social e política, mas para confirmar essa hipótese seria preciso uma pesquisa voltada para esse segmento.

Nas plataformas, nota-se presente em sua maioria o uso da interseccionalidade ligado a superinclusão, subinclusão e como somatória de desigualdades. Ou seja, os marcadores sociais estão sendo mencionados paralelamente e não enquanto um conjunto de características que atuam de forma concomitante na realidade de diversos jovens, impedindo sua inclusão e prejudicando seus resultados educacionais. Dessa forma, estes fenômenos resultam em políticas públicas inadequadas, que não conseguem abordar de forma eficaz as complexas realidades enfrentadas por grupos marginalizados. Pois, considerando a diversidade e a desigualdade estrutural no Brasil, as demandas sociais ecoam em especificidades múltiplas inibidoras de bons resultados na educação. Por isso, ainda é preciso lapidar o uso do termo e aprofundar-se promovendo ações sociais, assim tornando visível problemas antes invisibilizados na análise de dados (Fortes et al., 2023).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara de Deputados. **Debatedores defendem melhoria das condições da pós-graduação no Brasil**. Agência Câmara de notícias, Brasília - DF, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/997938-debatedores-defendem-melhoria-das-condicoes-da-pos>. Acesso em 21 de fev. 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**, University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Disponível em: : <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em 22 de ago.2024.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

FORTES, G. et al., 2023. **POLICY BRIEF Interseccionalidade na Educação: Revelando Desigualdades Invisíveis**. NEES. pg 13. Disponível em: <https://equidadeeducacional.nees.ufal.br/2023/11/23/policy-brief-interseccionalidade-na-educacao/>. Acesso em 22 de ago. 2024.

FORTES, G. et al., 2023. **POLICY BRIEF O Impacto Triplo: Como Gênero, Raça e Riqueza Moldam a Brecha Educacional no Brasil**. NEES. pg. 6. Disponível em: <https://equidadeeducacional.nees.ufal.br/2023/11/09/o-impacto-triplo-como-genero-raca-e-riqueza-moldam-a-brecha-educacional-no-brasil/>. Acesso em 22 de ago. 2024.

OLIVEIRA, A. S. DE; TRANCOSO, A. E. R., BASTOS, J. DE A.; CANUTO, L. T. Metassíntese: Apontamentos para sistematização de revisões amplas e crítica interna à produção científica. In. **Atas do Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Investigação qualitativa em saúde, 2015**, , Aracaju, SE: Universidade Federal de Alagoas. *Anais*, Aracaju, 2015. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/viewFile/36/34>. Acesso em 22 ago. 2024.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. *Cadernos de pesquisa*, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 22 ago. 2024.

PRIOR, Lindsay. **Using documents in social research**. Sage Publications, 2002.

RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. *Lutas Sociais*, [S. l.], v. 22, n. 40, p. 36–51, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46648. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/46648>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOARES, Francisco. **Pelo direito de aprender!**, Itaú Social. Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/chico-soares-pelo-direito-de-aprender/>. Acesso em: 14 nov. 2024.